

ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO PIRAPONEMA

1 Ao décimo sétimo dia do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, às quatorze
2 horas (1400), deu-se início a 45ª Reunião Ordinária do Comitê das Bacias do Rio
3 Pirapó, Paranapanema 3 e Paranapanema 4 – CBH Pirapônia, realizada por
4 videoconferência pela plataforma *Zoom*, acesso pelo link:
5 <https://us02web.zoom.us/j/85682896821>. Participaram os seguintes
6 representantes do Comitê **TITULARES**: o Presidente do órgão colegiado, **SILVIO**
7 **SILVESTRE BARCZSZ** do Centro Universitário de Maringá - Unicesumar; **MARIA**
8 **ANTÔNIA BARROS FREIRE SILVA** e **GLÁUCIA TAVARES PAES DE ASSIS** do
9 Instituto Água e Terra – IAT; **PEDRO FUENTES DIAS** da Associação Brasileira de
10 PCHs e CGHs - ABRAPCH; **ANDRÉA BIALETZKI** da Universidade Estadual de
11 Maringá – UEM Nupélia; **VITOR ALÉCIO SEVILHA GORZONI**, **ARCIONI**
12 **FERRARI CONSTANTINO**, **THAISA CAROLINA FERREIRA WAISS** da
13 Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar; **CAROLINE DA ROCHA**
14 **TONETTI** da Coca Cola FEMSA; **MAIRA JULIANA FELIX DE SOUZA TREVISAN**
15 – Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental do Paraná – CISPARI;;
16 **SALVADOR CARVALHO DOS SANTOS** da Olho d'Água em Defesa dos
17 Mananciais de Arapongas; **MARTA LUZIA DE SOUZA** da Universidade Estadual
18 de Maringá – UEM; **ADRIANO DAMASCENO SILVA** da Prefeitura Municipal de
19 Jaguapitã; **NAYELLEN MARQUES GHISI** - Secretaria do Estado da Educação;
20 **FABIO EDUARDO DE SOUZA ZAMPIERI** - Usina Santa Terezinha; **GUILHERME**
21 **TORRECILLIA NATZEL** – Prefeitura Municipal de Marialva; **MURILO RIZZATO** –
22 Prefeitura Municipal de Paranavaí; **FELIPE JOSÉ MATHEUS DE CASTRO** –
23 Cooperativa Agropecuária e Industrial COCARI; **NATALIA CAVALINI PAGANINI** -
24 Coop. Agropecuária e Industrial COCAMAR; **CAIO VINICIUS AMARAL FREITAS**
25 - Gelita do Brasil; **THAIS KAWAMOTO AMARÃES** - Faculdade Metropolitana de
26 Maringá (UNIFAMMA). **SUPLENTES**: **LARISSA BOTURA DA SILVA** da
27 Cooperativa Agroindustrial Nova Produtiva; **LUIZ CARLOS JACOVASSI** da

28 Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR; **ANGELICA BATISTA**
29 **NOGUEIRA** Secretaria de Estado da Educação e do Esporte – SEED-PR;
30 **MARCELO MINIKOWSKI** da Usina Central do Paraná; **HERMAM VARGAS SILVA**
31 da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas – ABAS; **JULLIA CLARA PEREZ**
32 **AMÉRICO** da Usina Santa Terezinha; **NAYARA BIAZUS MANGOLIN** do Instituto
33 Água e Terra – Regional de Maringá; **LAURO KUCHPIL** do Grupo Ambientalista
34 Interdisciplinar de Apucarana – GAIA; **ALDRY ADRIANA SPLENDOR** da Coca-
35 Cola FEMSA; **ANDRÉ DE FINIS** da Secretaria de Estado da Agricultura e do
36 Abastecimento; **MARIA DE LOS ANGELES PEREZ LIZAMA** do Centro
37 Universitário de Maringá – Unicesumar ; **JOSETE DE FÁTIMA DE SÁ** - da
38 Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar; **JANETE DUARTE ROGOSKI** -
39 Instituto Rotary de Meio Ambiente. Ao todo participaram 21 (vinte e um)
40 representantes titulares e 13 (treze) representantes suplentes. Ainda estiveram
41 presentes: **ROBERTO MACHADO CORRÊA**; **DANIELLE TEIXEIRA TORTATO**
42 **ROSA VOLPATO**; **LUCINEIDE APARECIDA MARANHO** e **NATALY TASCA** do
43 Instituto Água e Terra, Secretaria Executiva ; **Convidados:** Dr. **DANIEL PEDRO**
44 **LOURENÇO**, Promotor de Justiça responsável pelo GAEMA – Regional Curitiba e
45 pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Meio Ambiente e Habitação;
46 Promotor de Justiça **NIVALDO BAZOTI**, da 13ª PJ de Maringá e Coordenador do
47 GAEMA Maringá, e o senhor **JHONATAN DE CASTRO E SILVA**, Assessor
48 Jurídico do GAEMA Maringá; **PRISCILLA ROCHA**, **KELLY CHRISTINA OLIVEIRA**
49 **DE SOUZA** as Secretária Executiva do Comitê das Bacias Hidrográficas do CBH
50 Paranapanema. Lucineide pediu que todos abrissem suas câmeras durante a
51 reunião para validação e elaboração de relatórios anuais, passando a palavra ao
52 presidente do comitê, Sílvio. **ITEM 1.** Ele deu as boas-vindas aos participantes na
53 45ª reunião ordinária do Comitê de Bacia Piraponema, agradecendo o
54 compromisso de todos. Sílvio elogiou o comitê, destacando-o como o mais "bonito"
55 do Paraná, e passou a palavra para Roberto Machado Corrêa, novo Diretor de
56 Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos do Instituto Água e Terra (IAT). O Sr.
57 Roberto se apresentou, mencionando que assumiu o cargo que antes pertencia a
58 Scroccaro, agora diretor-presidente do IAT. Ele comentou sua experiência desde
59 os tempos do Águas Paraná, em 2018, e afirmou que, com a equipe atual, esperava
60 aprimorar os trabalhos do comitê, reconhecendo as demandas e desafios. Ele
61 mencionou a importância da presença do Ministério Público do Paraná e adiantou

62 que, devido à relevância, uma reunião extraordinária seria organizada para discutir
63 a resolução sobre a situação de emergência. Silvio agradeceu as palavras de
64 Roberto e destacou a importância da gestão de recursos hídricos em tempos
65 críticos, mencionando a seca e o decreto do estado. Em seguida, o Sílvio tentou
66 passar a palavra para Daniele, mas devido a problemas técnicos, a comunicação
67 foi interrompida. Então, passou a palavra para Vitor, que também saudou os
68 membros e chamou atenção para a crise hídrica no Paraná e no Brasil. Maria
69 Antônia também fez uma breve fala, desejando uma reunião produtiva. Lucineide
70 reforçou as orientações de conduta para a reunião e passou a palavra para Sílvio,
71 que apresentou a pauta: 1. Abertura; 2. Apresentação da atuação do Ministério
72 Público do Paraná no acompanhamento dos recursos hídricos no Estado, com um
73 enfoque especial no CBH Piraponema. 3. Informes do CBH Paranapanema; 4.
74 Substituição de representantes; 5. Aprovação da Ata da 44ª Reunião Ordinária; 6.
75 Informes de capacitação de novos representantes; 7. Relato do 2º Encontro
76 Estadual dos Comitês de Bacia Hidrográfica – ECOB/PR, integrado ao 1º Fórum
77 Brasil das Águas; 8. Assuntos gerais; 9. Encerramento. **ITEM 2.** Silvio prosseguiu
78 para o próximo item e destacou a importância da atuação do Ministério Público no
79 acompanhamento dos recursos hídricos e passou a palavra para o Dr. Nivaldo, que
80 introduziu os outros membros do Ministério Público presentes. O Dr. Nivaldo,
81 Promotor de Justiça e coordenador do GAEMA Maringá, saudou os participantes e
82 passou a palavra para o promotor Daniel Lourenço, responsável pela apresentação
83 do papel do Ministério Público na gestão de recursos hídricos para o
84 desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida. O promotor Dr. Daniel -
85 Promotor de Justiça responsável pelo GAEMA – Regional Curitiba e pelo Centro de
86 Apoio Operacional às Promotorias de Meio Ambiente e Habitação - agradeceu ao
87 Nivaldo e ao presidente Sílvio, cumprimentando a todos os integrantes do comitê
88 de bacia e os representantes da DISAR- IAT, com destaque ao Diretor Roberto,
89 com quem estava trabalhando em Curitiba. Dr. Daniel destacou que preferia ouvir,
90 já que a gestão do promotor na bacia de Maringá lhe interessava para aprimorar
91 seu trabalho em Curitiba. Ele ressaltou a importância dos comitês de bacia na
92 formulação das políticas de gestão das águas e como o cenário hídrico atual exigia
93 atenção. Dr. Daniel fez uma comparação com o passado, lembrando que, décadas
94 atrás, não havia tanta preocupação com a escassez de água, especialmente em
95 relação à construção de hidrelétricas. Ele mencionou o impacto da pandemia de

96 COVID-19 e o racionamento de água em Curitiba, apontando para os desafios
97 atuais na gestão hídrica. O promotor também comentou sobre a importância da
98 votação sobre a outorga de água, ressaltando a necessidade de um bom
99 planejamento de recursos hídricos para evitar estados emergenciais. Ele destacou
100 que a crise hídrica, antes prevista por ambientalistas, já era uma realidade e que o
101 Paraná enfrentaria tanto secas severas quanto inundações. Outro ponto levantado
102 foi o funcionamento adequado dos comitês de bacia, conforme a Lei 9.433/97,
103 destacando que apenas uma bacia no Paraná estava plenamente consolidada com
104 seu plano de enquadramento aprovado e cobrança implementada. Embora o
105 Ministério Público não tivesse interesse direto na arrecadação, via a cobrança como
106 um instrumento essencial na gestão da água. Dr. Daniel enfatizou que algumas
107 injustiças, como o uso indevido de água por décadas, precisavam ser corrigidas e
108 que o papel do Ministério Público era garantir que os comitês de bacia atuassem
109 de forma técnica e integrada, avaliando os riscos de empreendimentos hídricos
110 para a sociedade e o meio ambiente. Ele concluiu mencionando a crise hídrica e as
111 mudanças climáticas que o estado estava enfrentando, alertando para a
112 necessidade de um bom planejamento para mitigar os riscos. Destacou também a
113 importância de parar com classificações inadequadas dos rios, sugerindo que as
114 decisões fossem baseadas em dados técnicos reais e não em conveniências
115 políticas. Por fim, o promotor reforçou que o Ministério Público estava disponível
116 para colaborar na resolução dos problemas hídricos, trabalhando em conjunto com
117 os gestores, e alertou sobre os perigos que a sociedade corria caso não houvesse
118 uma boa gestão das águas. O promotor Dr. Nivaldo agradeceu ao colega Dr. Daniel
119 pelas palavras e destacou sua preocupação com a situação hídrica do Paraná. Ele
120 apresentou o Senhor Jonathan, Assessor Jurídico do GAEMA Maringá para
121 compartilhar algumas experiências práticas do grupo. Jonathan, por sua vez, iniciou
122 cumprimentando os presentes, incluindo o presidente do comitê e seus colegas,
123 Dr. Daniel e Dr. Nivaldo. Ele mencionou que o GAEMA de Maringá, criado no final
124 de 2018, atua em 56 municípios e 17 comarcas, lidando com casos regionalizados
125 e complexos. Destacou três frentes de atuação relacionadas à gestão de recursos
126 hídricos: acompanhamento do comitê da bacia hidrográfica do Piraponema,
127 questões ligadas a parcelamentos urbanos, e investigações sobre a qualidade da
128 água potável. O Sr. Jonathan salientou os desafios enfrentados com loteamentos
129 urbanos sem infraestrutura adequada de esgotamento sanitário e drenagem, o que

130 impacta diretamente os recursos hídricos. Citou um caso paradigmático de
131 loteamento em um município próximo a Maringá, onde a ausência de
132 abastecimento de água e esgotamento sanitário coletivo gerou preocupações de
133 contaminação de águas subterrâneas. Apesar das ações judiciais movidas pelo
134 GAEMA, o poder judiciário não respondeu conforme esperado. Por fim, mencionou
135 um inquérito civil instaurado para investigar a qualidade da água potável na região
136 de Maringá, onde análises laboratoriais detectaram contaminação por metais
137 pesados e pesticidas. Embora dentro dos limites da portaria do Ministério da Saúde,
138 esses níveis eram mais altos do que os permitidos na União Europeia. Ele discutiu
139 as preocupações sobre os efeitos dessa contaminação, mencionando a relação
140 com casos de câncer na região, conforme pesquisa da professora Carolina Panes
141 da UNES. Jonathan concluiu ressaltando que o Ministério Público busca contribuir
142 para o debate e melhoria da qualidade dos recursos hídricos. Após a fala do Sr.
143 Jonathan, Silvio agradeceu e comentou a importância do trabalho desenvolvido
144 pelo GAEMA. O promotor Dr. Nivaldo iniciou agradecendo a Jonathan por relatar
145 um caso específico envolvendo o município de Floresta, no qual um empresário
146 conseguiu modificar uma lei municipal em desacordo com o plano diretor,
147 permitindo a criação de loteamentos em uma área distante da zona urbana e sem
148 proteção adequada dos mananciais e áreas de preservação. Ele destacou a
149 necessidade de transformar as leis protetivas em ações práticas, mencionando a
150 importância do órgão metropolitano para a região de Maringá. Em uma conversa
151 com o Senhor Gilson de Jesus dos Santos, diretor-presidente da Agência de
152 Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP), ele discutiu a reorganização do órgão
153 metropolitano para melhorar a fiscalização e evitar que pequenos municípios da
154 região ultrapassem normas jurídicas maiores. O promotor também relatou
155 dificuldades enfrentadas pelo Ministério Público ao buscar a aplicação das leis e
156 resolver conflitos ambientais. Ele expressou sua preocupação com a acumulação
157 de atribuições na 13ª Promotoria, o que limita a dedicação exclusiva ao meio
158 ambiente. Ainda assim, a promotoria tem atuado em diversas frentes, com nove
159 ações civis públicas movidas e 19 termos de ajustamento de conduta desde junho
160 do ano anterior. O Dr. Nivaldo também destacou casos em Maringá, como a ação
161 contra o Curtume Central por passivos ambientais não resolvidos e a ação contra
162 o município pelo descaso com o Ribeirão Bandeirantes do Sul, onde urbanizações
163 sem planejamento adequado causaram problemas nos córregos da cidade. Ele


164 elogiou o programa Rio Limpo, do Instituto Ambiental de Maringá, e destacou a
165 necessidade de maior fiscalização sobre empresas que despejam resíduos de
166 forma irregular nos córregos. Finalizou reforçando o compromisso do Ministério
167 Público com a proteção ambiental e colocando-se à disposição do comitê e dos
168 demais integrantes para colaborar em ações futuras. O Silvio agradeceu ao Dr.
169 Nivaldo por ter organizado o encontro e trazido pelo Dr. Daniel e o Senhor Jonathan
170 para a explanação. Ele destacou a importância do trabalho deles, complementando
171 os esforços pela conservação dos recursos hídricos na região e no comitê. Também
172 mencionou a participação no Fórum Paranaense e outros comitês, buscando
173 fortalecer a gestão dos recursos hídricos em nível estadual. Ele comentou sobre o
174 esforço voluntário dos membros do comitê e a importância dessa dedicação para a
175 conservação. Silvio mencionou que o comitê enfrenta desafios financeiros,
176 dependente do IAT para garantir recursos e possibilitar discussões em outros
177 Fóruns. Ele destacou o objetivo de avançar do nível quatro para o nível cinco, o
178 que permitiria a cobrança pelos serviços de gestão de recursos hídricos, apesar
179 das dificuldades com a legislação estadual, que precisa ser aprimorada para
180 garantir a aplicação desses recursos de forma mais clara. Ele expressou
181 preocupações sobre o uso de recursos arrecadados e a aplicação eficaz no comitê,
182 citando exemplos do Rio Grande do Sul, onde a falta de clareza sobre a gestão dos
183 recursos levou a paralisações. Silvio mencionou também a importância de olhar
184 para a classificação dos rios e o trabalho feito junto ao IAT e empresas de
185 assessoria na construção do plano de bacia. Silvio contou uma história pessoal
186 sobre a diferença entre sua infância, onde podia nadar em rios limpos, e a realidade
187 atual, onde há contaminação. Ele reforçou a necessidade de dar voz ao comitê e
188 atualizar o plano de bacia, buscando mais recursos, especialmente para monitorar
189 águas subterrâneas, pois sem dados adequados, não é possível gerir corretamente
190 os recursos hídricos. Ele finalizou pedindo ao Ministério Público que levasse essas
191 questões aos governantes e garantisse que os recursos arrecadados fossem
192 aplicados na gestão de recursos hídricos. O promotor Dr. Daniel abordou a questão
193 dos poços clandestinos, destacando a importância de regularizá-los, dependendo
194 das condições de cada caso. Ele ressaltou que o problema ambiental gerado pelos
195 poços clandestinos é significativo e que o primeiro passo seria identificá-los para,
196 então, proceder com a regularização e o controle. Ele mencionou a possibilidade
197 de uma operação conjunta com a Sanepar para identificar parte desses poços, uma

198 técnica que está sendo desenvolvida entre o Ministério Público e a Sanepar. Dr.
199 Daniel também discutiu a dificuldade que os municípios têm em contratar geólogos
200 e outros profissionais essenciais, especialmente em cidades pequenas e sem
201 infraestrutura adequada. Ele reconheceu que muitos municípios do Paraná não têm
202 condições de arcar com a contratação desses especialistas e afirmou que o Estado
203 deveria assumir mais responsabilidade ao oferecer suporte técnico. O promotor
204 compartilhou sua experiência com projetos ambientais em parceria com a Petrobras
205 e o Estado do Paraná, mencionando que poucos projetos de parques urbanos
206 submetidos pelos municípios tinham condições de aprovação. Ele lamentou a falta
207 de engenheiros capacitados nos municípios para executar projetos desse tipo. A
208 fala foi encerrada com Dr. Daniel agradecendo a oportunidade de participar do
209 comitê de bacia, ressaltando a importância do sucesso do comitê para o futuro das
210 gerações vindouras. Maria Antônia, em seguida, complementou a fala do promotor,
211 destacando a necessidade de uma melhor gestão da água, afirmando que o Estado
212 tem recursos hídricos, mas falta uma infraestrutura adequada, principalmente no
213 saneamento básico. Ela defendeu que uma boa distribuição e tratamento da água
214 resolveriam grande parte dos problemas relacionados. Outros participantes
215 também mencionaram a dificuldade que os municípios enfrentam para contratar
216 geólogos, apontando que, no momento, muitos municípios não têm condições
217 financeiras ou estruturais para mantê-los em seus quadros. A fala finalizou com
218 agradecimentos e reconhecimentos ao trabalho e dedicação dos participantes na
219 gestão dos recursos hídricos. **ITEM 3.** Prosseguiu para o próximo item da pauta e
220 o Silvio convidou a Sra. Kelly, representante da Secretaria Executiva do CBH
221 Paranapanema, apresentou informes sobre as atividades do comitê. Ela mencionou
222 que a nova série de reportagens sobre a cobrança pelo uso da água estaria em
223 breve disponível. Ressaltou que o Paraná ainda não implementava a cobrança,
224 mas que as discussões estavam começando. Kelly também informou sobre a
225 segunda edição do prêmio #Paranapanema, cujo tema era sustentabilidade, com
226 inscrições abertas até o final de setembro. As atividades precisariam ocorrer dentro
227 da bacia hidrográfica e estar relacionadas aos recursos hídricos. Outro destaque
228 foi a participação do CBH Paranapanema na Assembleia que definiu os
229 representantes no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, onde o comitê ficou
230 com a primeira suplência. Ela também relatou a participação ativa no 1º Fórum
231 Brasil das Águas, realizado em Foz do Iguaçu, e o lançamento do jogo "Protetores

232 do Paranapanema". Por fim, mencionou a realização do 9º Seminário das
233 Instituições de Ensino Superior do Paranapanema, com a participação de mais de
234 20 instituições e cerca de 100 pessoas. Após os informes, Silvio agradeceu a Kelly
235 e passou para o item **ITEM 4.** a substituição de representante da Cocari,
236 comunicando que Valdnei substituiria Júlia Batista Gato como representante
237 suplente, mas ele não pôde comparecer à reunião. Foi dito que a posse oficial
238 aconteceria na próxima reunião.**ITEM 5.** A seguir, a ata da 44ª reunião ordinária,
239 realizada em 16 de julho de 2024, foi submetida à aprovação. Após nenhuma
240 manifestação contrária, a ata foi aprovada por unanimidade. No próximo item **ITEM**
241 **6.** Nataly, da secretaria executiva, apresentou a capacitação destinada aos novos
242 membros do comitê. Explicou que, com o objetivo de melhorar a atuação dos
243 representantes, foram disponibilizados quatro módulos de capacitação por meio da
244 plataforma Classroom, abordando fundamentos sobre recursos hídricos, comitês,
245 legislações e regulamentos. Ressaltou que o curso era obrigatório para os novos
246 representantes em função do contrato com o Progestão, mas também estava
247 aberto a todos os demais membros. Ela disponibilizou o link da capacitação e
248 ofereceu suporte para eventuais dúvidas. Após a apresentação, Silvio agradeceu,
249 destacando a importância da participação dos novos membros e sugeriu que a
250 secretaria executiva convocasse os representantes para realizarem o curso. Ele
251 também reforçou a relevância de todos conhecerem a legislação, o regimento do
252 comitê e o Plano de Bacia, que poderiam ser acessados no site do IAT. Na
253 sequência, item **ITEM 7.** houve um relato sobre o Encontro Estadual de Comitês de
254 Bacias Hidrográficas (ERCB), realizado em Foz do Iguaçu, integrado ao 1º Fórum
255 Brasil das Águas. Silvio agradeceu ao IAT pelo apoio logístico e destacou a
256 importância da participação dos membros do comitê. Ele mencionou que o evento
257 proporcionou trocas de experiências valiosas e visitas técnicas, como a realizada à
258 Usina de Itaipu. A Senhora Josete relatou que considerou a troca de experiências
259 entre os comitês extremamente relevante. Ela destacou as oficinas e a interação
260 com participantes de outros estados e países. Marta também fez suas
261 considerações, comparando com o primeiro EECOB. Ela elogiou a organização,
262 mas sentiu falta de mais tempo para trocas entre os comitês e para perguntas. Além
263 disso, ressaltou os avanços na participação de mulheres e nas discussões sobre
264 águas subterrâneas. Silvio encerrou agradecendo a todos os que participaram e
265 reforçando a importância das trocas de experiências e do networking proporcionado

266 pelo evento. Em assuntos gerais **ITEM 8.** os representantes discutiram vários
267 informes gerais, destacando a situação de seca no estado do Paraná. Silvio
268 informou que na Reunião Emergencial do Fórum Estadual de Comitês de Bacias
269 Hidrográficas, o Instituto Simepar apresentou dados sobre a seca e a previsão de
270 chuvas até o final do ano, indicando que a tendência seria chuvas um pouco abaixo
271 da média. A Sanepar também reportou níveis críticos nos rios da região, acendendo
272 um alerta para a necessidade de soluções. Em resposta, o governador decretou a
273 situação de emergência nos municípios afetados pela estiagem, com validade de
274 180 dias. O IAT publicou a portaria 348, que estabelece medidas de emergência,
275 como a proibição da pesca em determinados rios e a restrição ao uso de recursos
276 hídricos. As diretrizes para a gestão da água foram discutidas, incluindo a
277 priorização de outorgas emergenciais e o fornecimento de equipamentos para
278 perfuração de poços artesianos. Houve também relatos de queimadas na região e
279 a poluição resultante das chuvas. A representante do Piraponema, Maria Antônia,
280 compartilhou sua participação em uma pesquisa sobre a cobrança pelo uso da
281 água. O conselho estadual abordou a aprovação do pró-gestão e a discussão sobre
282 a seca. Finalmente, foram propostos encontros futuros para discutir a legislação
283 sobre águas subterrâneas e as medidas a serem tomadas para enfrentar a
284 estiagem. **9. ENCERRAMENTO** Vencida a pauta, Silvio encerrou a reunião,
285 agradecendo a participação de todos e mencionando A reunião foi encerrada com
286 a solicitação de confirmação sobre a próxima reunião ser presencial ou online, e os
287 membros foram convidados a participar de eventos relacionados à preservação
288 ambiental. Uma foto foi tirada para registrar o encontro. Da qual eu Nataly Tasca,
289 foi lavrada a presente ata. Link de acesso:
290 https://youtube.com/live/Zpmr0_EjrfQ?feature=share

291

Documento assinado digitalmente
 **SILVIO SILVESTRE BARCZSZ**
Data: 11/12/2024 11:34:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

292

Silvio Silvestre Barczsz

293

Presidente do CBH Piraponema